

Flávio Garcia Cabral

O CONTEÚDO JURÍDICO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Prefácios

Cristiana Fortini

Emerson Gabardo

Apresentação

Ricardo Marcondes Martins

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro

DIREITO PÚBLICO; DIREITO CONSTITUCIONAL.

Palavras-chave

EFICIÊNCIA; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
PRINCÍPIO DA ADMINISTRAÇÃO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 3419

Flávio Garcia Cabral

O CONTEÚDO JURÍDICO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Prefácios

Cristiana Fortini

Emerson Gabardo

Apresentação

Ricardo Marcondes Martins

2ª edição revista, ampliada e atualizada

FORUM

Esta obra versa sobre o conteúdo jurídico do princípio da eficiência administrativa perante o ordenamento jurídico brasileiro. É em razão do menosprezo muitas vezes conferido à eficiência administrativa no campo doutrinário, bem como da dificuldade de sua aplicação, decorrente da ausência de uma conceituação adequada, que se pretende, neste trabalho, construir uma significação à eficiência administrativa que seja constitucionalmente adequada e que possua uma coerência formal hábil a trazer um mínimo de objetividade para a interpretação/aplicação do princípio. Para pesquisar qual é o seu conteúdo jurídico, adota-se a perspectiva da filosofia da linguagem e do movimento do giro linguístico, mais precisamente do construtivismo lógico-semântico, investigando-se a eficiência administrativa pelos planos sintático, semântico e pragmático.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C117c Cabral, Flávio Garcia
O conteúdo jurídico da eficiência administrativa -- 2. ed. -- / Flávio Garcia Cabral.
Belo Horizonte: Fórum, 2024.
321p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-774-8
ISBN digital 978-65-5518-773-1

1. Eficiência. 2. Administração pública. 3. Princípio da administração. I. Título.

CDD: 350
CDU: 35

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CABRAL, Flávio Garcia. *O conteúdo jurídico da eficiência administrativa*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 321p. ISBN 978-65-5518-774-8.

Flávio Garcia Cabral

Pós-Doutor pela PUCPR. Doutor e especialista em Direito Administrativo pela PUC-SP. Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC-Rio. Mestre pela *Universitat* de Girona/Espanha. Professor do Mestrado da UNIRIO. Professor da Unigran-Capital e Insted. Membro fundador do IDASAN. Membro do IDAMS. Ex-Advogado da União. Procurador da Fazenda Nacional. Atualmente Coordenador-Geral de Contratação Pública da PGFN.

PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO	
Cristiana Fortini	17
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Emerson Gabardo	19
APRESENTAÇÃO	
Ricardo Marcondes Martins	25
NOTA DA 2ª EDIÇÃO	27
NOTA DA 1ª EDIÇÃO	29
INTRODUÇÃO	31
CAPÍTULO 1	
LINGUAGEM COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	35
1.1 Movimento do giro linguístico	37
1.2 Semiótica	41
1.2.1 Plano sintático	43
1.2.2 Plano semântico	44
1.2.3 Plano pragmático	46
1.3 Construtivismo Lógico-Semântico e Teoria Comunicacional do Direito.....	47
1.4 Escolha metodológica.....	49
1.5 Planos de construção normativa.....	52
1.6 Polissemia do vocábulo “norma”	57
CAPÍTULO 2	
PLANO SINTÁTICO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	61
2.1 Introdução da eficiência administrativa no ordenamento jurídico.....	63
2.1.1 Sistemas econômico e de administração	64
2.1.2 Linguagem jurídica própria	67
2.2 Eficiência administrativa na Constituição brasileira de 1988.....	71
2.2.1 Enunciados constitucionais e infraconstitucionais	72
2.2.2 Vontade legislativa e validade normativa da eficiência administrativa	82
2.3 Estrutura normativa da eficiência administrativa: antecedentes e consequentes.....	90
CAPÍTULO 3	
PLANO SEMÂNTICO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	95
3.1 Aspecto subjetivo da eficiência administrativa.....	96
3.1.1 Poderes republicanos e demais entes no exercício da função administrativa	96
3.1.2 Pessoas de Direito Privado	106
3.1.3 Agentes públicos.....	107
3.1.4 Administrados.....	109
3.2 Aspecto objetivo da eficiência administrativa.....	114
3.2.1 Limitação aos serviços públicos	120
3.2.2 Diferentes abordagens semânticas.....	122
3.2.3 Finalidades perseguidas pelo Estado	125

3.2.3.1	Adequação entre os meios e os fins	131
3.2.3.1.1	Eficácia como elemento integrante.....	139
3.2.4	Comparação entre os meios: a solução ótima.....	144
3.2.4.1	Aspectos subjetivos	148
3.2.4.2	Cotejo entre as onerosidades.....	152
3.2.4.3	Economicidade como elemento integrante.....	162
3.2.5	Custos e benefícios	164
3.2.6	Construindo a proporcionalidade qualificada	167
3.2.6.1	Resposta às diferenciações	177
3.2.7	Discricionariedade e vinculação administrativa.....	181
3.2.8	Retomando a estrutura normativa: hipótese e conseqüente no plano semântico	191
3.2.9	Retomando aspectos sintáticos e semânticos: a função administrativa	195
3.2.10	Natureza da eficiência administrativa: seu papel principiológico	199
3.2.11	Relevância dogmática da constatação	207
CAPÍTULO 4		
PLANO PRAGMÁTICO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA		213
4.1	Função pragmática e caráter simbólico da eficiência trazida pela EC nº 19/1998	214
4.2	Controle da eficiência administrativa.....	223
4.3	Oportunidade da aferição da eficiência administrativa.....	232
4.4	Questão probatória.....	239
4.4.1	Motivação da eficiência administrativa.....	244
4.5	Eficiência administrativa e a legalidade.....	248
4.6	Correção dos vícios por violação à eficiência administrativa	257
4.7	Análise do conteúdo da eficiência pelos Tribunais	266
4.7.1	Análise da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.....	267
4.7.2	Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	272
4.7.3	Análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	274
4.7.4	Conclusões parciais	277
CONCLUSÃO		281
REFERÊNCIAS.....		303